

CAPÍTULO 6

CAMINHOS E DESAFIOS DO MOVIMENTO FEMINISTA NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

INTRODUÇÃO

Nalu Faria
Maria de Lourdes Góes Araujo

O feminismo foi o movimento social que denunciou a violência contra as mulheres como consequência da opressão às mesmas, como parte do sistema patriarcal. A violência contra as mulheres, pelo fato de ser perpetrada contra mulheres, era visto como algo naturalizado, parte do destino de ser mulher e do âmbito privado. A expressão “em briga de mulher e homem não se mete a colher” é bastante exemplar dessa questão. As denúncias feministas desnaturalizaram a violência e a colocaram como um tema que deve ser tratado publicamente no âmbito dos direitos das mulheres a uma vida sem violência. Nesse processo, foi construído um amplo e vigoroso movimento de mulheres e o tema da violência, que antes era pouco assumido por elas, foi se tornando um tema público, no qual cada vez mais as mulheres reconhecem suas diversas manifestações. Assim, construiu-se a compreensão de que a violência não é um fenômeno isolado e individual de um homem contra uma mulher, mas sim um instrumento de controle e disciplina do corpo, da vida e do trabalho das mulheres na sociedade capitalista (CEREGATTI et al., 2015).

COMPREENDENDO A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Muito embora a violência contra a mulher ocorra, predominantemente, na residência, também acontece fora dela, tornando a questão mais complexa, pois, ainda que não importe, a relação biológica dos perpetradores com as vítimas em quase todo domicílio tem um pater famílias, cujo poder se estende sobre os demais moradores.

Obviamente, não se está falando de inquilinos de cômodos da casa, mas do grupo domiciliar quase família (SAFFIOTI, 2009). Segundo a autora:

Efetivamente, violência contra a mulher envolve não apenas aquela cujos perpetradores são parentes ou conhecidos vivendo sem nenhuma relação estabelecida com a vítima. Assim, a violência contra a mulher constitui fenômeno, de certo ângulo, mais amplo que o da violência doméstica. (...) Trata-se de afilhadas(os), empregadas(os) domésticas(os), agregadas(os), etc. O estabelecimento e a consolidação do domínio do pater famílias, embora estejam, via de regra, vinculados à consanguinidade, rigorosamente independem dela (SAFFIOTI, 2009. p. 2-3).

Em contrapartida a essa definição de pater poder, a mulher, para gozar do estatuto social de mãe, precisa ter filho(s), biológico(s) ou adotivo(s), enquanto que o patriarca institui, ele próprio, sua paternidade. A instituição de paternidade conta com a autorização e até mesmo com o incentivo da sociedade em seu conjunto, aí incluídos os próprios membros do grupo domiciliar. Assim, pode-se dizer que todo e qualquer fenômeno social não é processo de mão única, mas fruto da interação social. Tal fato se faz entender na medida em que o patriarca não somente domina/explora, como também protege sua “cria” de agressores alheios àquele território do domicílio parentela. Nesse sentido, o domicílio parentela é entendido também como território simbólico onde predomina o caráter simbólico dos laços que permitem a exploração/dominação exercida pelo patriarca, extrapolando o território da família/grupo domiciliar e se ancorando em todos os domínios da sociedade. No espaço doméstico com o domínio das tarefas domésticas, toda construção identitária que acentua a polaridade masculino/feminino tem, mais cedo ou mais tarde, consequências desiguais (SAFFIOTI, 2009).

O MOVIMENTO DE MULHERES E A LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA

Somam-se mais de 40 anos de luta e estudos pelo fim da violência contra as mulheres no Brasil e, mesmo assim, esse continua sendo um problema social complexo e desafiador. A luta do movimento feminista pelo fim da violência contra as mulheres retrata uma história que não é linear. Foram conquistas com base em estratégias de resistência, trazendo percalços no caminho e sendo constantemente ameaçadas de retroceder, quando deveriam prosseguir e transformar o que está impregnado na vida social (TEIXEIRA, 2017).

A constituição do Movimento de Mulheres e Movimento Feminista incorporou a violência contra as mulheres como uma bandeira de luta permanente, em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Esse período coincidiu com a luta dos movimentos sociais nos países da América Latina, que lutavam contra as ditaduras militares e usavam da violência para cercar liberdades e destituir direitos, oprimindo mulheres e homens. Na década de 1960, período de abertura desse debate, o movimento feminista evidenciou questões importantes no debate político, tais como a violência nas relações afetivo conjugais e o entendimento de que essas questões íntimas, do espaço privado e que oprimem as mulheres, também fazem parte do debate político. Assim, ideias como “nosso corpo nos pertence” e “o privado é político” são parte das questões colocadas pelo movimento feminista, que ampliam e radicalizam o horizonte da política, a partir do questionamento das diversas formas de opressão sofridas pelas mulheres, trazendo esses aspectos para o

centro do debate dos movimentos. Outra questão relevante diz respeito ao debate sobre corpo, sexualidade e reprodução, também trazidos à tona pelo feminismo. Com o advento da pílula anticoncepcional nos anos 1960, ocorreu uma reviravolta nos debates sobre a liberdade sexual, a não obrigatoriedade da virgindade antes do casamento e o entendimento do sexo como “fonte do prazer e não [apenas] destinado à reprodução da espécie humana” (TEIXEIRA 2017).

No Brasil, desde o final dos anos 1970, o movimento feminista trouxe para o cenário público e político os problemas que até então eram considerados particulares. A violência que as mulheres sofrem dentro de casa, o trabalho doméstico que realizam sozinhas, a falta de creche para poderem sair para trabalhar, entre outros. Ao questionar a opressão e a violência que as mulheres sofrem, vários elementos foram surgindo e denunciados como mecanismos para manter a violência: desde a impunidade e as legislações discriminatórias até a falta de autonomia e autodeterminação das mulheres. A violência sexista, até esse momento, era vista como um problema de cada mulher ou de cada família. Tal fato pode ser identificado por meio de alguns dizeres muito usados naquela época como: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” ou “tapa de amor não dói”. Assim, era muito fácil justificar a violência. Do ponto de vista do debate público, uma das primeiras campanhas das feministas foi pela punição dos assassinos das mulheres pelos atuais e ex-namorados, maridos, amantes. Naquele período, era muito utilizado o argumento “matou em defesa da honra” e, com isso, todos saíam impunes. “Quem ama não mata” foi a palavra utilizada por centenas de mulheres que se dirigiram às portas dos tribunais para exigir a punição do milionário Doca Street, que assassinou sua namorada, Ângela Diniz, em 1976, e Lindomar Castilho, que matou sua ex-esposa, Eliane de Grammount, em 1981, após sua separação. Esses casos são apenas dois exemplos, mas o movimento de mulheres atuou na mobilização pela condenação de centenas de assassinos em todo o país. As feministas foram para a rua e denunciaram essa violência como um problema político e social, cobrando de toda a sociedade medidas para acabar com a violência. Esses casos tiveram grande repercussão na sociedade, o que despertou muitas mulheres para a situação de violência em que viviam (CEREGATTI et al., 2015). Outro campo de ação e de constituição dessa agenda foi a criação de grupos de apoio às mulheres, com o nome de SOS. A partir desses grupos, buscava-se ouvir denúncias e acolher mulheres. Nesse período, ainda no contexto da ditadura militar no Brasil, os eixos da luta contra a violência contra a mulher enfatizavam a necessidade de romper com o silêncio, de punir os agressores e de reconhecer a violência como crime contra a pessoa. Em 1983, a partir do Conselho da Condição Feminina, houve o início de propostas de serviços

vinculados ao atendimento de mulheres vítimas de violência, iniciando com a criação de delegacias de mulheres e Casa Abrigo, locais destinados a acolher temporariamente as mulheres e as crianças ameaçadas pela violência doméstica (CEREGATTI et al., 2015).

Assim, nasceram as primeiras delegacias especiais da mulher, para que as mulheres tivessem mais coragem e não fossem maltratadas, como em geral acontecia em outras delegacias. O chamado, naquele momento e que ainda é um desafio, era: vamos romper o silêncio para acabar com a impunidade. Com isso, o movimento de mulheres inaugura uma nova forma de ação: levar suas demandas para serem incorporadas em forma de políticas públicas pelos governos.

AMPLIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES

Outro marco do início dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência teve seguimento com os governos municipais, de prefeitos do PT, com a criação de Centros de Referência com o objetivo de prestar atendimento psicológico, jurídico e social às mulheres vítimas da violência e, principalmente, de contribuir para a reconstrução do amor próprio e da autonomia econômica e pessoal. O primeiro deles, a casa Eliane de Grammont, em São Paulo, foi inaugurado em 1990, durante a gestão da primeira mulher na prefeitura da cidade, Luiza Erundina. Concomitante a essas iniciativas no executivo, também houve várias leis em níveis municipais, estadual e mesmo federal, como por exemplo, em relação a assédio e outras (VITÓRIA et al., 2018).

ANOS 90: NEOLIBERALISMO E IMPASSES NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA

Durante os anos 90, auge do neoliberalismo, a capacidade do Movimento de Mulheres para responder com radicalidade a esses retrocessos diminuiu consideravelmente. Reduziu-se o debate e a luta por mudanças ideológicas e foi rebaixando o conteúdo crítico das propostas. E assim, cada vez mais a violência doméstica e sexual foi chamada como violência. Em vários documentos, as propostas de atenção às mulheres vítimas de violência transitaram de uma visão de garantir a autonomia e a autodeterminação das mesmas, para a necessidade atender a violência em função dos custos econômicos que acarreta. Ou seja, o argumento de que quando as mulheres apanham, elas faltam ao trabalho e há aumento dos gastos em saúde pública.

O tema da violência passou cada vez mais a ser tratado também pelos organismos multilaterais vinculados à Organização das Nações Unidas (ONU),

influenciando a ampliação do tema nos vários setores do Estado, mas também da sociedade. Um ponto forte nessa trajetória foi a Conferência de Direitos Humanos da ONU, em 1993, em que setores de movimentos de mulheres de todo o mundo reivindicaram que os direitos das mulheres fossem reconhecidos como direitos humanos e isso teve um impacto grande no debate em relação à violência de gênero. Evidentemente, esse é um aspecto muito positivo, mas também há que se mencionar aspectos problemáticos no que se refere a abordagem política manejada nesses espaços. Em geral, foi-se destituindo o conteúdo político feminista de crítica patriarcal e, durante os anos 90, o tema passou a ser tratado como violência intra-familiar. Tal fato possibilitou um deslocamento dos argumentos utilizados para a institucionalização de políticas relacionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher, privilegiando os aspectos econômicos em detrimento dos temas relacionados a autonomia e autodeterminação das mulheres (VITÓRIA et al., 2018).

2.000 RAZÕES PARA LUTA CONTRA VIOLÊNCIA: A AÇÃO DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (MMM)

Lançada no ano 2.000 como uma campanha contra a pobreza e a violência sexista, a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) procurou fazer uma inflexão em como o debate estava se desenvolvendo. A MMM colocou ênfase na dimensão sistêmica da violência como um mecanismo de controle e poder sobre as mulheres. Reforçou a imbricação entre capitalismo, patriarcado, racismo, heteronormatividade e colonialismo como causas da violência contra as mulheres. Reforçou que a luta contra a violência tem que ser antissistêmica e problematizou como as políticas dos últimos anos e a ação do movimento estavam muito centradas nos aspectos normativos e de regulação. Uma das metas desta luta foi propiciar um debate sobre a violência de uma forma mais ampla, com o objetivo de fazer um debate e uma ação política ampla que se antecipe a ocorrência da violência, sendo verdadeiramente preventiva. Para isso, acredita-se que o movimento de mulheres deve construir uma forte e extensa auto-organização das mulheres lutando por autonomia e autodeterminação. A MMM expressou uma visão que coloca a importância do processo de auto-organização das mulheres em um movimento enraizado nos setores populares. E que essa organização das mulheres deve, em conjunto com outros movimentos sociais, construir uma forte mobilização por transformações gerais na sociedade e que inclua o componente feminista nesse projeto (SOF, 2019).

A LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ANOS 2000

Em 2003, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM),

vinculada à Presidência da República, estabeleceu um marco histórico nas ações de combate à violência contra as mulheres, que passam a ser articuladas nacionalmente e numa perspectiva de rede, além de garantir recursos para a criação de serviços e para a implementação de políticas públicas integradas de enfrentamento à violência contra as mulheres (SOF, 2019).

No governo do Presidente Lula, houve uma intensa mobilização do movimento de mulheres para apresentar propostas, daí o surgimento da Lei Maria da Penha, a partir de uma proposta apresentada por algumas ONG feministas, amplamente debatida no Conselho Nacional de Direitos da Mulher e enviada à Câmara de Deputados pelo Presidente da República. Durante a tramitação na Câmara Federal, foi debatida em várias audiências públicas nos vários estados, a partir das quais houve incorporação de várias sugestões. Assim, quando a lei foi sancionada, era o resultado desse amplo processo de debate e, com isso, teve uma base importante de legitimação desde a sua origem (SOF, 2019).

Após a promulgação da Lei Maria da Penha, definiu-se uma agenda em todo o Brasil com a proposta de uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Em 2007, criou-se o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, como uma nova estratégia de gestão e execução de políticas articuladas e multissetoriais. Neste período, o movimento de mulheres apoiou e lutou para que os estados e municípios pudessem aderir ao pacto, já que a proposta respondia à preocupação dos movimentos de que as políticas chegassem e se materializassem na vida concreta das mulheres nos municípios (SOF, 2019).

Em todo esse período, o movimento de mulheres seguiu tratando o tema da violência como uma prioridade, com a organização de mobilizações, campanhas, práticas educativas e uma vasta produção de materiais de informação e formação impressos, audiovisuais etc. (SOF, 2019).

Essa prática, ao mesmo tempo em que é importante porque responsabiliza o Estado por ter políticas para alterar as desigualdades, não pode estar desvinculada de uma ação coletiva e global que aponte para mudanças profundas nas formas de pensar e agir da sociedade. As ações dos movimentos de mulheres se dirigiram aos vários níveis do Estado - executivo, legislativo e judiciário - bem como ao conjunto da sociedade: universidades, meios de comunicação de massa e organizações da sociedade civil. Da mesma maneira, continuou ao longo dessas décadas reforçando a necessidade de fortalecimento de um movimento autônomo de mulheres e de construção de

alianças com o conjunto de movimentos sociais (SOF, 2019).

DESAFIOS ATUAIS

Após o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff, os primeiros ministérios fechados foram nas áreas sociais: Políticas para Mulheres, Promoção da Igualdade Racial, Desenvolvimento Agrário. O esfacelamento das políticas contribui para a perpetuação da violência contra as mulheres. Falar de políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, não basta o atendimento desta mulher em uma delegacia. Ela precisa reconstruir a vida e isto só é possível tendo trabalho, renda, acesso a políticas públicas de saúde, creche, educação para os filhos, moradia e/ou aluguel social, dentre outros programas sociais que dão suporte para a reconstrução de uma vida sem violência, que deveria ser uma prerrogativa da sociedade. Mas a realidade no Brasil é diferente: essa mudança no cenário político desencadeou o processo de “desmonte” da Constituição brasileira: a PEC 95, que congela os recursos das áreas de saúde, educação e assistência social por 20 anos; a proposta de reforma da previdência; a aprovação da reforma trabalhista; a política econômica neoliberal que continua gerando desemprego.

DESAFIOS ATUAIS NA VISÃO DA MARCHA MUNDIAL DE MULHERES

A Marcha Mundial das Mulheres, que tem, desde seu princípio, o enfrentamento à violência como parte de sua agenda, iniciou, em 2014, a campanha nacional “Sem culpa, nem desculpa! Mulheres livres de violência”. A realização desta campanha foi motivada pela necessidade de colocar as causas da violência no centro da discussão, tendo como estratégia a auto-organização das mulheres.

Diante dessas histórias de lutas, para viver uma vida livre de violência, são tarefas necessárias a construção permanente de ações de solidariedade e de prevenção para apoiar e acolher as mulheres, bem como a prevenção das situações de violência no campo e na cidade. Para isso, toda a sociedade tem que estar envolvida nesta luta – que, hoje, busca restabelecer os direitos que foram retirados e avançar para um projeto democrático, popular, feminista e antirracista. Estamos vivendo um período de avanço do conservadorismo em níveis nacional, regional e global. E, diante desta conjuntura acirrada, é necessário enfrentar cotidianamente a violência contra as mulheres, o racismo, a LGBTfobia. Para viver uma vida livre de violência, não basta libertar apenas a si mesmo. Nós, enquanto feministas anticapitalistas, identificamos que essas violências serão superadas com a aniquilação do capitalismo patriarcal e

racista e a transformação social que leve a uma sociedade de igualdade, uma sociedade socialista e feminista.

REFERÊNCIAS

CEREGATTI, A. et al. Mulheres em luta por uma vida sem violência. São Paulo: SOF, 2015.

HIRATA, H.; KERGOAT, D.; LABORIE, F.; SENOTIER, D. (Orgs.) Dicionário Crítico do Feminismo. Fundação Editora da UNESP. França/ Brasil. 2009

SAFFIOTI, H.I.B. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos/Ciências Sociais/ FLASCO-Brasil, 2009.

SOF Sempre Viva Organização Feminista. Feminismo em movimento: caderno de apresentação da MMM. São Paulo: SOF 2019.

TEIXEIRA, A.B. Violência Contra as Mulheres. SOS CORPO. Recife, 2017.

VITÓRIA, C. et al. Feminismo e autonomia das mulheres: caminhos para o enfrentamento à violência. São Paulo: SOF, 2018.